

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE POUSO ALEGRE – MG**

JUÍZA TITULAR DA VARA: LUCIANA NASCIMENTO DOS SANTOS



Lei de Criação: Lei 10.770 de 21/11/2003

Data da instalação: 10/09/2004

Jurisdição: Pouso Alegre, Albertina, Bom Repouso, Borda da Mata, Bueno Brandão, Camanducaia, Cambuí, Congonhal, Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Inconfidentes, Itapeva, Jacutinga, Monte Sião, Munhoz, Ouro Fino, São João da Mata, Senador Amaral, Senador José Bento, Silvianópolis, Tocos do Moji, Toledo e Turvolândia.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 20/10/2011, p. 1.

ATA DE CORREIÇÃO

Às nove horas do dia vinte e cinco de outubro de 2011, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Luiz Otávio Linhares Renault**, deu início à Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre, situada na rua Dr. José Alfredo de Paula, nº 134, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho, Dra. **Luciana Nascimento dos Santos**, Titular da Vara desde 02/05/2011; pela MM. Juíza do Trabalho Auxiliar, Dra. **Alessandra Junqueira Franco**; pela Diretora de Secretaria, Sra. Nilcéia Sagiorato Cabral; pelos servidores Aline Dutra, Dilméia Pinto Paiva, Evaldo Ribeiro, Gildeléia Cleide Soares Gomes, Heitor Carvalho Ribeiro, Ilene Terra Dias Lobo (**servidora mais antiga do TRT nesta Vara, tendo ingressado em 29/03/1989**), Lílian de Araújo Monassa Heide, Lívia Mara Moscardini, Marcelo Pereira Furtado Chaves, Vera Lúcia de Almeida Teixeira e Yedda Aires Duarte Poli; pelos estagiários Giovana Daniela Ferreira de Andrade e Ana Carolina Rezende Portela e por Luana Gonçalves de Oliveira, funcionária da FENEIS. Ausente a servidora Fabiana Trevisan Elói Faria, em licença maternidade.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

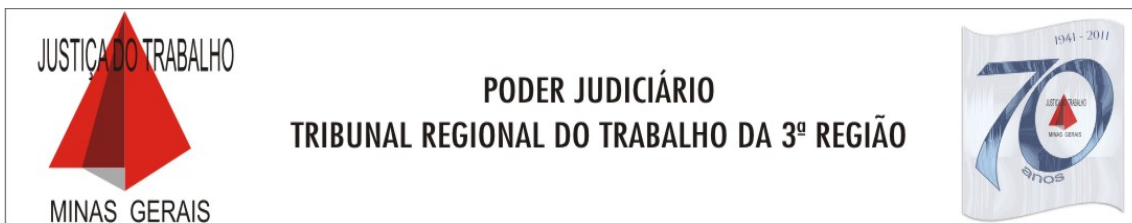
1.1. PROTOCOLO DE RECLAMATÓRIAS – Do mencionado protocolo, consta o registro de 1.504 (mil quinhentos e quatro) processos distribuídos até o dia 24/10/2011, apurando-se a média de 7,91 (sete vírgula noventa e um) processos por dia útil.

1.2. PAUTA – As audiências dos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ao rito ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 25/10/2011, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) **rito sumaríssimo**: 09/11/2011;
- b) **rito ordinário**: 21/11/2011;
- c) **instrução**: 20/03/2012.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 185 (cento e oitenta e cinco) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 159 (cento e cinquenta e nove) foram devolvidas para os Juízos Deprecantes.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 276 (duzentas e setenta e seis) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 169 (cento e sessenta e nove) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.



1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 270 (duzentas e setenta) autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 196 (cento e noventa e seis) processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.6. CARGA PARA O(A) MERITÍSSIMO(A) JUIZ(A) DO TRABALHO – Há 19 (dezenove) autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 76 (setenta e seis) autos de processos com carga, das quais 9 (nove) vencidas, porém cobradas e/ou com dilação de prazo deferida.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constatam 40 (quarenta) autos de processos com carga, das quais 19 (dezenove) vencidas, porém cobradas e/ou com dilação de prazo deferida.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 1.579 (mil quinhentos e setenta e nove) mandados expedidos no ano em curso, dos quais 61 (sessenta e um) pendentes de cumprimento, dentro do prazo.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 15 (quinze) autos de processos com carga para o Setor de Cálculos, todos dentro do prazo.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.538 (mil quinhentos e trinta e oito) processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.320 (mil trezentas e vinte) execuções trabalhistas *stricto sensu*, constantes do Quadro I, item 23, excluindo-se os processos de executivo fiscal;
- b) 35 (trinta e cinco) execuções fiscais, constantes do Quadro II-A, item 19, lançadas no Boletim Estatístico sob a denominação “execução penalidade administrativa imposta”;
- c) 59 (cinquenta e nove) processos arquivados provisoriamente, conforme Quadro I, item 24;
- d) 124 (cento e vinte e quatro) execuções de contribuições previdenciárias, inseridas no Quadro XII, item 5.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de setembro de 2011.

Em relação às Varas do Trabalho de mesma movimentação processual no ano de 2010, cuja média de processos em fase de execução foi de 878 (oitocentos e setenta e oito), constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

Segundo informações prestadas pela Sra Diretora, os autos de processos que estão no



arquivo provisório aguardam o decurso de prazo de suspensão da execução, em razão do que dispõem a Lei 6.830/80 e/ou o Provimento 02/2004 do TRT/3ª Região.

Deverá a Secretaria da Vara manter controle rigoroso dos processos arquivados provisoriamente, devendo, findo o prazo de suspensão, fazer conclusão ao(a) MM. Juiz(a) para exame.

1.12. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, ano 2010, constatou-se que esta Vara do Trabalho recebeu 4 (quatro) ações relativas à nova competência da Justiça do Trabalho.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 25/10/2011 havia 18 (dezoito) processos:

- a) **rito sumaríssimo**: 2 (dois) processos;
- b) **rito ordinário**: 10 (dez) processos;
- c) **instrução**: 6 (seis) processos.

Foram examinados os autos dos processos 01493/11, 01490/11, 01014/11, 01496/11, 01499/11, 01501/11, 01502/11, 01504/11, 01226/11 e 00961/11, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, Parágrafo Único, e 171 do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do rito sumaríssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a): sentenças e despachos.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 90076/09, 01670/11, 90188/10, 00965/11, 00996/11, 00999/11, 01479/11, 01597/11, 01609/11 e 01617/11 quanto: aos registros da tramitação na capa do processo; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento 01/2008/TRT da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução

de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento 01/2008 do TRT.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 01467/11, 00793/11, 00683/11, 00770/11, 01506/11, 01051/11, 01247/10, 00147/11, 01606/10 e 00283/10.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara quando da devolução dos

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

-01467/11: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (16 dias);

-01247/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 63 - (mais de 20 dias);

-00147/11: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (24 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 19 - (mais de 10 dias);

-001606/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 33 e 35 - (mais de 20 dias);

-00283/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 272 - (mais de 60 dias) e f. 304 (mais de 10 dias).

2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos 00049/11, 00970/09, 00569/08, 00467/10, 00264/10, 00374/11, 00285/11, 00361/11, 00176/11 e 01262/11 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão dos autos ao Juiz(a) para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da

empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento 04/2001/TRT; cumprimento dos ofícios 106 e 108/2010 expedidos pela Corregedoria Regional, que determina o lançamento do código “056” (processo em fase de execução) no sistema informatizado, referente a todos os autos de processo, no momento em que houver a homologação do cálculo de liquidação (PP-00427-2010-000-03-00-1); recomendações constantes do relatório final das atividades da comissão criada pelo Ato GCGJT 006/2010, encaminhado através do ofício eletrônico 03/2011 e Recomendação CGJT 001/2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 16 de fevereiro de 2.011, que ficam fazendo parte integrante desta ata.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00049/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (23 dias);
- 00374/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (20 dias);
- 00285/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (27 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 81 - (mais de 20 dias);
- 00361/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (22 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 45 - (mais de 30 dias).

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 137 (cento e trinta e sete) processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos do processo 01396/11, 00941/11, 00917/11, 01344/11, 01326/11, 01364/11, 01302/11, 01348/11, 01067/11 e 01330/11 e verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se à Secretaria que realize um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo os processos que assim se encontrem sob

constante vigilância e fazendo-os conclusos ao(a) MM. Juiz(a) a cada trinta dias, ou outro prazo razoável, a critério do(a) Juiz(a).

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos 01054/11, 01491/11, 01265/11, 01474/11, 01435/11, 00809/11, 01123/11, 01120/11, 00795/11 e 01384/11

Inspecionaram-se o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (CTPS, TRCT, CD/SD, etc), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01265/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (20 dias);

-01435/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (16 dias).

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE CONTRA EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 1 (um) inquérito judicial em tramitação nesta Vara do Trabalho.

Examinados os autos do processo 00390/11, estes se encontram em ordem.

2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 1 (uma) ação civil pública em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.9. AÇÃO COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há ação coletiva em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.10. PROCESSOS JULGADOS – Examinados os autos dos processos 00821/11, 00747/11, 00870/11, 00878/11, 01252/11, 01270/11, 01174/11, 01535/11, 01516/11 e 01220/11.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do(a) MM. Juiz(a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o(a) MM. Juiz(a), à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de rito

sumaríssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. Juízes que, **na medida do possível**, se profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 00945/11, 00927/11, 01478/10, 00278/11, 00406/11, 00406/09, 00679/10, 00091/11, 00377/10 e 00778/11.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do(a) Diretor(a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00945/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (19 dias);
- 00927/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (20 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 54 - (mais de 10 dias);
- 00278/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 107 - (mais de 30 dias);
- 00406/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 92 - (mais de 10 dias);
- 00679/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 75 e 80 - (mais de 30 dias);
- 00091/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (22 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 64 v - (mais de 10 dias);

- 00778/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (34 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 206 - (mais de 10 dias).

2.12. PRECATÓRIOS – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, foi expedido 1 (um) precatório no ano em curso, até a presente data.

Os autos do processo no qual foi expedido precatório, processo 01253/09, encontram-se na Secretaria de Execuções e Precatórios.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 25/10/2011:

- a) **rito sumaríssimo:** 18 (dezoito) dias;
- b) **rito ordinário:** 21 (vinte e um) dias;
- c) **instrução:** 73 (setenta e três) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 25/10/2011, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) **rito sumaríssimo:** 15 (quinze) dias (09/11/2011);
- b) **rito ordinário:** 27 (vinte e sete) dias (21/11/2011);
- c) **instrução:** 119 (cento e dezenove) dias (20/03/2012).

CORREIÇÃO DE 2010: Na correição realizada em 21/10/2010, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **rito sumaríssimo:** 14 (quatorze) dias;
- b) **rito ordinário:** 28 (vinte e oito) dias;
- c) **instrução:** 81 (oitenta e um) dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) **rito sumaríssimo:** 17 (dezessete) dias;
- b) **rito ordinário:** 26 (vinte e seis) dias;
- c) **instrução:** 112 (cento e doze) dias.

CORREIÇÃO DE 2009: Na correição realizada em 02/09/2009, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **rito sumaríssimo:** 13 (treze) dias;
- b) **rito ordinário:** 23 (vinte e três) dias;

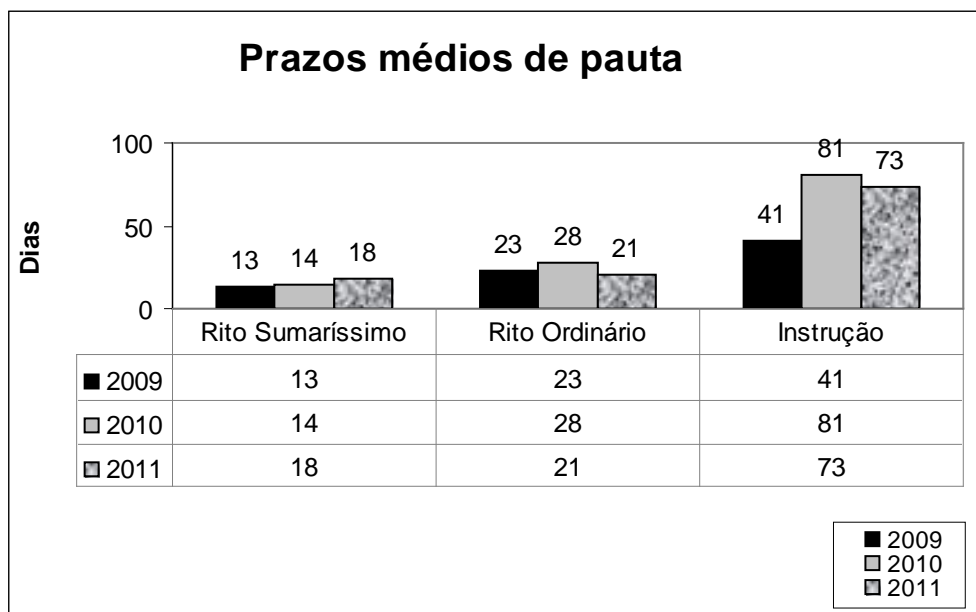
c) instrução: 41 (quarenta e um) dias.

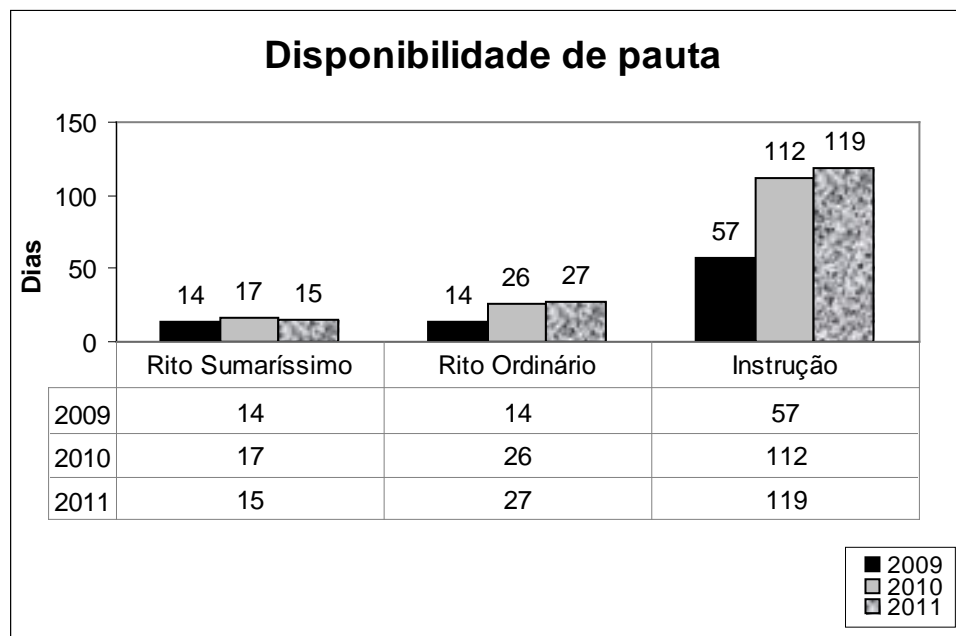
A disponibilidade de pauta foi:

a) rito sumaríssimo: 14 (quatorze) dias;

b) rito ordinário: 14 (quatorze) dias;

c) instrução: 57 (cinquenta e sete) dias.





No ano de 2010, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) sentenças de conhecimento:** 666 (seiscentas e sessenta e seis), média de 2,97 (duas vírgula noventa e sete) por dia;
- b) decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração:** 267 (duzentas e sessenta e sete), média de 1,19 (uma vírgula dezenove) por dia;
- c) decisões na fase de execução:** 115 (cento e quinze), média de 0,51 (zero vírgula cinquenta e uma) por dia;
- d) total:** 1.048 (mil e quarenta e oito) processos conclusos para decisão no período, média total de 4,67 (quatro vírgula sessenta e sete) por dia de expediente forense.

	Ano/2010	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	666	2,97
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	267	1,19
Decisões na fase de execução	115	0,51
Total	1.048	4,67

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – O MM. Juiz desta Vara do Trabalho, em setembro de 2011, com 21 (vinte e um) dias úteis, realizou:

- a) audiências de rito sumaríssimo:** 71 (setenta e uma), média de 3,38 (três vírgula trinta e oito) por dia;
- b) audiências de procedimento comum:** 150 (cento e cinquenta), média de 7,14 (sete vírgula quatorze) por dia;
- c) audiências de instrução:** 90 (noventa), média de 4,29 (quatro vírgula vinte e nove) por dia;
- d) audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução:** 27 (vinte e sete), média de 1,28 (uma vírgula vinte e oito) por dia;
- e) total de audiências:** 338 (trezentas e trinta e oito), média de 16,09 (dezesesseis vírgula zero nove) por dia.

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Rito sumaríssimo	71	3,38
Procedimento comum	150	7,14
Instrução	90	4,29
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	27	1,28
Total	338	16,09

No mês de setembro de 2011, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, foram proferidas 60 (sessenta) sentenças de conhecimento, conforme apurado no Quadro III, 13 (treze) sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme item 3 do Quadro II-B. Foram conciliados 100 (cem) processos, conforme se verificou do Quadro III.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Diretora de Secretaria, que, nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira. As audiências iniciam-se às 13h30min nas segundas-feiras, às 08h30min nas terças e quartas-feiras e às 08h00 min nas quintas e sextas-feiras. O intervalo entre as audiências é de 15 (quinze) minutos para as do procedimento sumaríssimo, 10 (dez) minutos para as do rito ordinário e de 20 (vinte) minutos para as instruções. São realizadas, em média, 16 (dezesesseis) audiências por dia.

De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 1.200 (mil e duzentos) despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Há auxílio fixo nesta Vara, desde 16/08/2010, conforme Ato da Presidência deste Regional, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 24/06/2010, p. 1 e 2.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que se observe o que dispõe o artigo 118-B do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 3ª Região.

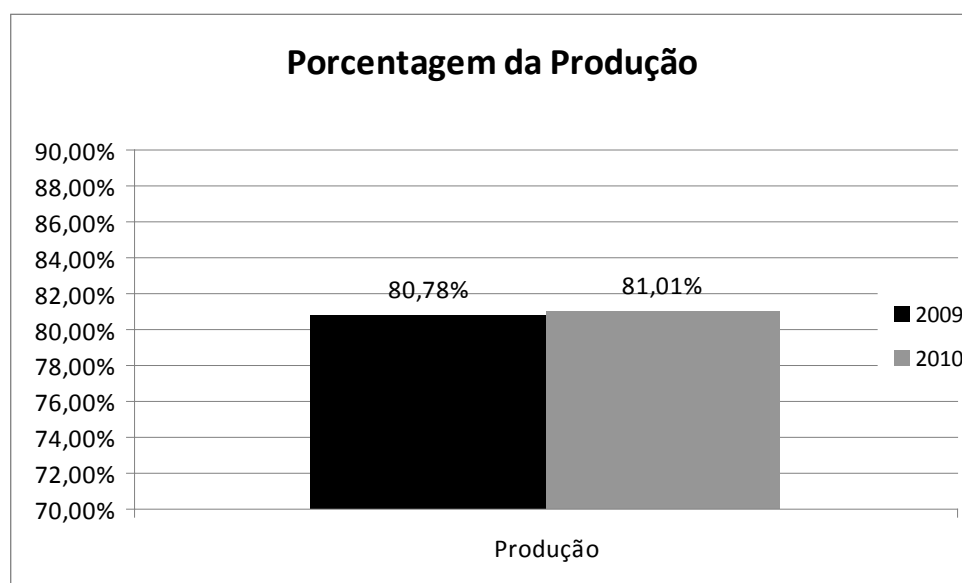
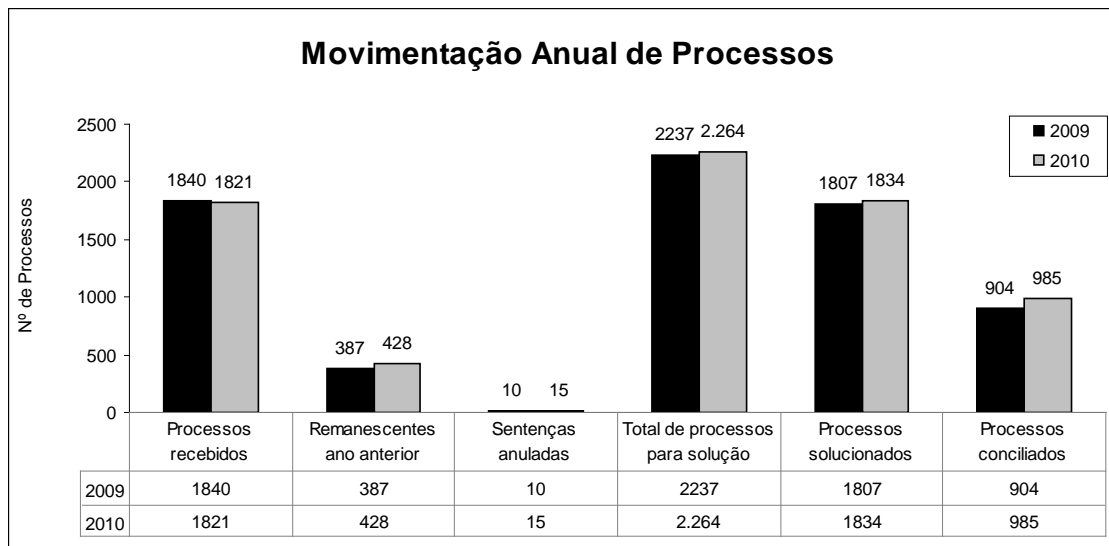
5. PRODUÇÃO – Do total de 2.264 (dois mil duzentos e sessenta e quatro) processos para solução em 2010, 1.821 (mil oitocentos e vinte e um) foram recebidos no ano de 2010, 428 (quatrocentos e vinte e oito) são processos remanescentes de 2009 e 15 (quinze) são processos oriundos de sentenças anuladas. A média de processos recebidos por dia útil foi de 8,13 (oito vírgula treze). No ano de 2010, o MM. Juiz solucionou 1.834 (mil oitocentos e trinta e quatro) processos, dos quais 985 (novecentos e oitenta e cinco) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 81,01% (oitenta e um vírgula zero um por cento).

Do total de 2.237 (dois mil e duzentos e trinta e sete) processos para solução em 2009, 1.840 (mil oitocentos e quarenta) foram recebidos no ano de 2009, 387 (trezentos e oitenta e sete) são processos remanescentes de 2008 e 10 (dez) são processos oriundos de sentenças anuladas. No ano de 2009, o MM. Juiz solucionou 1.807 (mil oitocentos e sete) processos, dos quais 904 (novecentos e quatro) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 80,78% (oitenta vírgula setenta e oito por cento).

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 1,03% (um vírgula zero três por cento) no número de processos recebidos no ano de 2010. Quanto à produção, verificou-se que em 2010 houve um aumento de 0,23% (zero vírgula vinte e três por cento).

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos		
	2009	2010
Processos recebidos	1.840	1.821
Processos remanescentes do ano anterior	387	428
Sentenças anuladas	10	15
Total de processos para solução	2.237	2.264
Processos solucionados	1.807	1.834
Processos conciliados	904	985
Produção	80,78%	81,01%



6. **ARRECAÇÃO** – Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, exercício 2010, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o registro dos seguintes valores:

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.411.996,23	R\$906.960,38

Nas Varas do Trabalho de Pouso Alegre, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$1.552.543,65 e do Imposto de Renda em R\$1.072.526,71. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária e de imposto de renda abaixo da média.

Recomenda-se a Sra. Diretora de Secretaria que sejam observados os lançamentos das guias de recolhimento previdenciário e de imposto de renda.

7. PORTARIAS – De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, encontram-se em vigor, nesta Vara do Trabalho, as Portarias 01/2008, que regulamenta a prática de atos ordinatórios, e 01/2009, que regulamenta a intimações pelo DEJT.

8. BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou que o(a) MM. Juiz(a) emprega o BACENJUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Constatou, ainda, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes nesta Vara do Trabalho.

9. ATENDIMENTO AO PÚBLICO – Lastreada em pesquisa realizada com os advogados e com os cidadãos, usuários da Justiça do Trabalho, constatou-se, para esta Vara do Trabalho, o seguinte resultado:

ADVOGADOS/CIDADÃOS	AVALIAÇÃO DOS ADVOGADOS/CIDADÃOS
Dr. Fabrício Reis da Fonseca OAB/MG 106283	Boa qualidade
Dr. William da Cunha OAB/MG 98830	Boa qualidade
Dr. Eduardo B. Rodrigues OAB/MG 113786	Muito boa qualidade
Dra. Patrícia C. Ahualli OAB/SP 122707	Excelente qualidade
Dr. Maurício José Ahualli OAB/MGA 1434	Excelente qualidade

10. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou, dentre outros aspectos, a muito boa qualidade no atendimento às partes e aos advogados e a muito boa organização da Secretaria. Foram examinados 81 (oitenta e um) autos de processos, sendo que em 13 (nove) foi encontrado excesso de prazo. Os prazos devem ser melhor observados com relação ao impulso oficial.

Em conformidade com a RA 51/2010 deste Regional, tendo recebido entre 1.501 (mil quinhentos e um) e 2.000 (dois mil) processos, a presente Vara deve contar com 13 (treze) servidores, estando nesta data com o seu quadro de servidores completo.

Com base nas informações prestadas pela Sra. Diretora de Secretaria, o seu quadro está completo desde dezembro de 2010.

11. RECOMENDAÇÕES:

Recomenda o Desembargador Corregedor que seja(m):

- a) priorizada a tramitação e o julgamento das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme recomendação do Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, contida no OF.CIRC.TST.GP 338/2011;
- b) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10.6.2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;
- c) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;
- d) informado ao INSS, através do *e-mail* pfmng.regressivas@agu.gov.br, a respeito de ações trabalhistas que versem sobre acidentes de trabalho, após a decisão sobre a culpa do empregador em 1ª e 2ª instâncias, independente do trânsito em julgado, permitindo que mencionado órgão adiante as providências necessárias para o ajuizamento de ações regressivas contra os responsáveis, na forma prevista no artigo 120 da Lei 8.213/91;
- e) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada em 13/11/09, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, de que, em havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo em relação aos processos instruídos e julgados pelo Juiz Titular da Vara;
- f) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante a Vara já venha adotando tal procedimento;

g) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

h) as audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, sendo que a Corregedoria controlará, mensalmente, a fiel observância do mencionado prazo, cuja meta está inserida no planejamento estratégico do TRT/3ª Região;

i) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC, evitando que os autos dos processos fiquem paralisados.

11.1. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO DE 2010:

O Desembargador Corregedor verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

a) os despachos proferidos, quando do impulso oficial e despachos de documentos, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC;

O Desembargador Corregedor reitera a observância das recomendações acima elencadas.

12. METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO PARA O ANO DE 2011, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

As Metas Nacionais do Judiciário Trabalhista para 2011 são:

Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Meta 3. Julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Meta 5. Criar um núcleo de apoio de execução.

O Desembargador Corregedor, desde logo, sem desprezar outras ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano, salienta ao MM. Juiz Titular e aos demais, auxiliares ou substitutos, que vierem a atuar perante esta Vara, bem como aos servidores, que cada um deles constitui um co-gestor das metas acima discriminadas, assim como de todas as recomendações e ações indispensáveis à melhoria da tutela jurisdicional, exortando-os, desde já e permanentemente, ao indispensável engajamento e comprometimento institucional, corpo e alma, vocação e dedicação, para que o TRT/3ª Região tudo faça para cumpri-las integralmente, como vem ocorrendo ao longo dos anos, deixando todos nós, a Administração, os Desembargadores, os Juízes e os servidores, realizados profissionalmente em face de nossa missão constitucional, tão útil e indispensável à paz social e ao equilíbrio das relações justralhistas.

Para que esse nobre objetivo, bem mais alentado do que o anterior, inspiração elevada do Egrégio CNJ, seja novamente alcançado com êxito, o Desembargador Corregedor recomenda que a MM. Juíza confeccione um cronograma e informe à Corregedoria Regional, **mensalmente**, via ofício eletrônico, como se encontra e quais são as expectativas da Vara a respeito do cumprimento da **Meta 3**, praticando, dentro de sua esfera de competência, todos os atos necessários ao bom resultado, sugerindo, inclusive, se for o caso, a adoção de medidas que possam contribuir para o fiel e importante atingimento da referida meta pelo TRT/3ª Região, que há décadas e décadas sempre tem se destacado como um dos mais importantes Órgãos do Poder Judiciário do Brasil. O Desembargador Corregedor salientou a importância de se cumprir todas as metas, em especial a meta 3 do CNJ e, em nome da administração do TRT, dirigiu um pedido a todos para que mantenham, dia a dia, o foco em todas as metas, dedicando-se intensamente ao seu efetivo cumprimento. por fim, disse que, apenas com a completa e absoluta dedicação de todos, esta “luta” institucional será vencida com a participação de todos, a vitória será certa, e continuaremos sendo grandes e respeitados, bem servindo ao povo, isto é, aos jurisdicionados – justiça de portas abertas, eficiente e eficaz – a quem se dirigem todos os serviços.

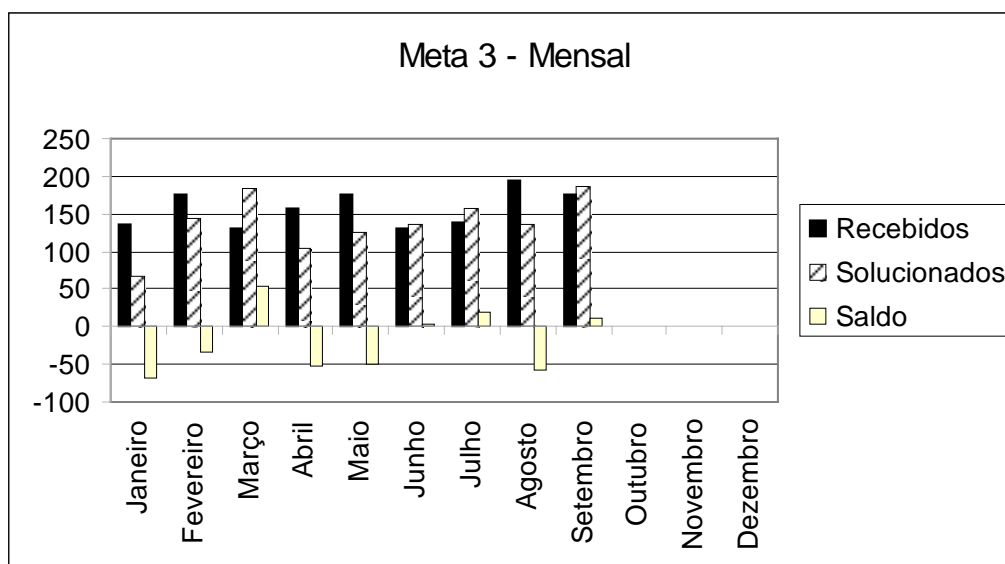
Consultando os relatórios estatísticos, constatou o Desembargador Corregedor os seguintes dados que retratam a situação da Vara relativamente à Meta Prioritária 3 do CNJ:

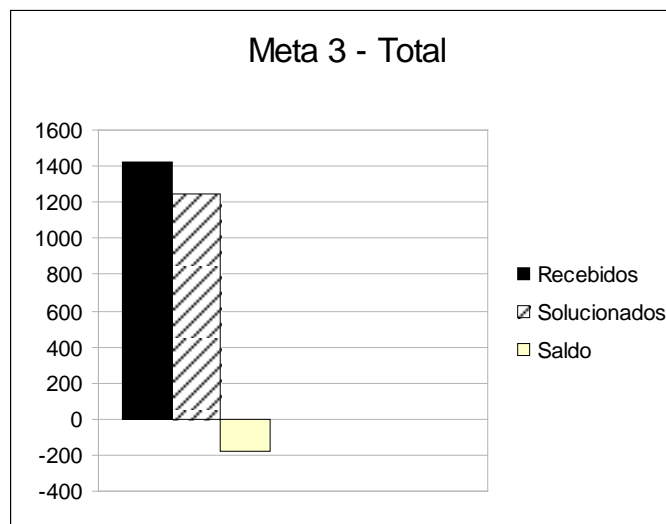
META 3 – CNJ

2ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre *			
Mês	Recebidos	Solucionados	Saldo
Janeiro	136	67	-69
Fevereiro	177	144	-33
Março	132	185	53

Abril	157	104	-53
Maio	176	126	-50
Junho	132	136	4
Julho	139	157	18
Agosto	194	137	-57
Setembro	175	186	11
Outubro	0	0	0
Novembro	0	0	0
Dezembro	0	0	0
Total	1418	1242	-176

* Dados conforme tabela estatística de "movimento processual das Varas do Trabalho" disponível no sítio do TRT 3ª Região





No tocante às Metas Nacionais do Judiciário, para o ano de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, todos os dados do TRT/3ª Região encontram-se no sítio do referido Conselho (www.cnj.jus.br), podendo ser acessado por qualquer cidadão.

13. CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No que se refere ao controle de gastos e preservação do meio ambiente, porque perene, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Corregedor a importância de continuidade da observância das recomendações previstas nas Metas Nacionais Prioritárias 6 e 10, do ano de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária 6: reduzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível;

Meta Prioritária 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

Atendendo, também, à determinação do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT/3ª Região, o Desembargador Corregedor, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que a Vara do Trabalho continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT/3ª Região, em atendimento à Recomendação 11, do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio

ambiente.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor em consideração ao consignado na ata da 4ª Reunião Ordinária do Colepccor, seja observada a Instrução Normativa 01/2010 do TRT/3ª Região, no que tange ao limite de impressão de arquivos recebidos, através do sistema e-DOC, respeitando-se o limite de 20 folhas ou 40 páginas frente e verso.

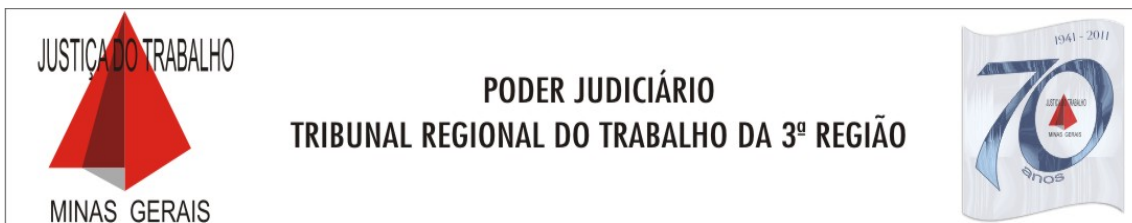
Reforça o Excelentíssimo o Desembargador Corregedor que as Varas e os Foros se abstenham de fazer a remessa de boletins estatísticos à Secretaria da Corregedoria Regional, via postal, com Aviso de Recebimento (AR), devendo tal expediente ser encaminhado por meio do envelope reutilizável de expediente interno, via malote.

Diante das medidas adotadas por este Tribunal, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar, anualmente, o Dia do Descarte, conforme Portaria 97/2008 do TRT/3ª Região, em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando houver necessidade de impressão de um documento, optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o *site* “Ambiente Legal”; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar 07, de 30 de outubro de 2008.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Corregedor estimou que a Secretaria da Vara mantenha e aprimore cada vez mais a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo seio e interior precisam ser expostos para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação alguma de advogados ou partes quanto aos serviços prestados por esta Vara do Trabalho.



A seguir, encerraram-se os trabalhos às 16h30min, do dia 26 de outubro de 2011, em sessão pública, antecedida de prego, do que, para constar, eu, **Luís Paulo Garcia Faleiro** _____, Analista Judiciário, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Titular, pela MM. Juíza Auxiliar e pela Diretora de Secretaria que deverá colher a assinatura dos servidores da Secretaria na cópia que ficará sob sua guarda. A equipe da Corregedoria que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do servidor acima nominado, foi composta pelo servidor Flávio Mário Fonseca

Luiz Otávio Linhares Renault
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

Luciana Nascimento dos Santos
Juízo do Trabalho Titular

Alessandra Junqueira Franco
Juíza do Trabalho Auxiliar

Nilcéia Sagiorato Cabral
Diretora de Secretaria

Aline Dutra

Dilméia Pinto Paiva

Evaldo Ribeiro

Fabiana Trevisan Elói Faria

Gideléia Cleide Soares Gomes

Heitor Carvalho Ribeiro

Ilene Terra Dias Lobo

Lílian de Araújo Monassa Heide

Lívia Mara Moscardini

Marcelo Pereira Furtado Chaves

Vera Lúcia de Almeida Teixeira

Yedda Aires Duarte Poli